

DOI: 10.20911/21799024v16n2p95/2025

Faces da Verdade na Era Pós-Moderna: As narrativas virtuais como instrumento na mediação de conflitos

**Faces of Truth in the Postmodern Era:
Virtual Narratives as a Tool for Conflict Mediation**

Daniel Ribeiro Vieira¹

RESUMO: A presente comunicação aborda a problemática da verdade no discurso comunicativo pós-moderno, focalizando sua influência na mediação e propagação de ideias em conflitos geopolíticos. Inicialmente, busca-se contextualizar a concepção de verdade e discurso, ancorando-se na teoria de Hannah Arendt em *A Condição Humana*, que destaca o conceito de ação. A seguir, analisa-se como a construção do discurso cotidiano se insere em uma cultura cibernética, que inibe a delimitação clara entre espaço público e privado. Essa configuração permite ao sujeito transitar entre diferentes círculos, antes limitados a contextos específicos, o que resulta na exposição de opiniões que podem estar deslocadas da verdade ou mascaradas de forma a dificultar a percepção da realidade pelo interlocutor. Assim, investiga-se como a comunicação e as plataformas digitais influenciam o posicionamento político do indivíduo, colocando-o frente a uma realidade que o insere na mediação ou na incerteza diante das disputas contemporâneas.

1 Graduando em Filosofia pela PUC Minas. Atualmente é pesquisador bolsista PIBIC-FAPEMIG na referida universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Verdade. Discurso. Comunicação. Paz perpétua. Virtualidade.

ABSTRACT: The present communication addresses the issue of truth in post-modern communicative discourse, focusing on its influence in the mediation and propagation of ideas in geopolitical conflicts. Initially, it seeks to contextualize the conception of truth and discourse, anchoring itself in Hannah Arendt's theory in *The Human Condition*, which highlights the concept of action. Following this, it analyzes how the construction of everyday discourse fits into a cybercultural framework that blurs the clear limits between public and private spaces. This configuration allows individuals to navigate different circles, previously confined to specific contexts, resulting in the expression of opinions that may be detached from the truth or hide in a way that obscures the interlocutor's perception of reality. Thus, it investigates how communication and digital platforms influence the political positioning of individuals, placing them in a reality that introduces them to mediation or uncertainty in the face of contemporary disputes.

KEYWORDS: Truth. Discourse. Communication. Perpetual peace. Virtuality.

Introdução

A era pós-moderna acompanhou em si o advento das tecnologias da informação e, por conseguinte, as comunicações instantâneas e digitais, nessa ótica, os princípios comunicativos tornam-se ainda mais basilares para a manutenção duma convivência social harmônica. Desse modo, a produção de narrativas e, respectivamente, sua disseminação estão atreladas a produção duma verdade para o interlocutor que recebe tal conteúdo e, a partir dessa interação julga e escolhe compartilhar ou descartar ao considerar inútil ou procedente. Assim, observa-se que a roupagem hodierna que atravessa essas questões atribui à verdade novas possibilidades, referindo-se ao sujeito de maneira fragmentada e com ênfase para o pluralismo.

Dessa problemática, emerge a necessidade de posicionamento do homem frente os diversos pontos de vista que surgem ao enfrentar a mesma situação. A esse pluralismo Hannah Arendt em *A condição humana* sugere que é necessário um limiar ante a inconstância do princípio condutor, uma vez que o artifício humano é incapaz de separar-se completamente da natureza, pois se não o fizesse estaria fadado ao desnorteamento do ser humano². Dessa maneira, a autora entende que até mesmo a condição de sobrevivência humana estaria atrelada a tal estabilidade, e, portanto, as produções sociais terminam por condicionar a

2 A fim de se aprofundar essa inconstância do homem e a necessidade do apontamento para algo sólido que conduza a presença deste em sociedade, recomenda-se a leitura de Aguiar, 2009, p. 119.

própria humanidade, isto é “o que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana” (Arendt, 2007, p. 17).

Outrossim, a realidade do mundo torna-se na filosofia arendtiana uma força condicionante para a existência humana, ao passo que levanta a hipótese de radicalizar essa tentativa de rompimento das condições próprias da humanidade, a saber deixar o planeta Terra e viver em outro astro. Compreende tais condições: a vida, a natalidade, a mortalidade, a mundanidade, a pluralidade e o *ethos*. Esses que “jamais podem ‘explicar’ o que somos ou responder as perguntas sobre o que somos, pela simples razão de que jamais nos condicionam de modo absoluto” (Arendt, 2007, p. 19). Portanto, o que Arendt insinua é que as condições nas quais a vida foi dada ao homem, o *locus* no qual ele está não é um limite absoluto; entretanto, não deixa de ser um limite, pois figura como um condicionante³.

1. Racionalidade

Os axiomas sociais são aspecto transformantes no processo de vinculação entre o *logos* e a política, desse modo, a tradição sofística, a qual abarca esses princípios, prioriza por considerar mais válida, em meio a opiniões dissonantes, aquela mais decorosa, com maior grau de utilidade e justiça. Tal tradição não confunde o *logos* com a verdade nem com o lógico em sentido estrito, mas compreende-o como uma espécie de razão comum, partilhada pelo ser humano, através da palavra. Assim, o homem dispondo a razão não é um ser privilegiado que deve governar, antes trata-se dum cidadão cuja existência é compartilhada com todos os outros nesse espaço comum denominado *pólis*.

A partir dessa interconexão entre a política e a verdade, Arendt compreende que a política não se filia ao pensamento puro, por sua vez encontra na ação humana sua justificação, nesse contexto:

Para Hannah Arendt o campo da Política não é o da razão pura, nem o da razão prática como aparentemente, segundo ela, se pensa que teria sido a posição de Kant, pois em ambos os casos os modos de asserção do conhecimento têm uma estrutura discursiva monológica. [...] A evidência racional ou a prova empírica implicam na submissão. A verdade filosófica, a verdade moral e própria verdade revelada também têm uma estrutura monológica, pois dizem respeito ao homem em sua singularidade. (Lafer, 1972, p. 190-191)

Nesse ponto de vista, observa-se que a política não se filiando a esfera do pensamento puro tem os desdobramentos associados majoritariamente no consenso, ao invés duma verdade pré-determinada e absoluta. Esse paradoxo, alimenta a critérios distintos de concepções do político, abarcando desde posicionamentos ultra dogmáticos e autoritários aos mais relativistas e liberais.

3 Pereira, 2017, p. 50.

Assim, a via que assume papel central é aquela que sinaliza para uma adequação ao contexto político prático, a qual através do encontro de ideias possa ser assumido pelos demais agentes.

Nesse contexto, a disparidade de posicionamentos para a presença em âmbito político se torna valor essencial para o indivíduo que se porta a tal, o qual induz consigo a mancha social a um progresso e a um desenvolvimento intelectual num geral. Essa mentalidade alargada permite o interlocutor lograr êxito ao expor suas posições e criar a partir de suas ideias um juízo que corroborará como axioma em sua integração social. Esse processo acontece em um circuito fechado para aqueles que participam do processo comunicativo, a este podemos dizer indivíduos que integrem o mesmo contexto. Em Arendt, "juízo, portanto, não tem validade universal, mas sim validade específica, limitada às pessoas com as quais se tem diálogo para chegar a um acordo. Este diálogo requer um espaço – o espaço da palavra e da ação" (Lafer, 1972, p. 191).

A partir dessa concepção, advém a problemática hodierna em que a opinião, a qual deveria estar sustentada nos fatos, encontra-se viciada por considerar os próprios fatos como opiniões. Nessa ótica, os fatos possuem uma relevância capital no desenvolvimento político, uma vez que versando sobre o pretérito e presente, rege a interpretação de que o futuro exige das reflexões oferecidas. Assim, a sociedade que se estaciona por ter fundamentos na deturpação dos fatos e fechamento para as novidades está deliberadamente atrelada a incapacidade de reflexão acerca da realidade enfrentada.

A dissociação entre o *logos* e a política pode ser responsável pelo fracasso duma sociedade que desconsidere o primado do diálogo. Assim, considera-se que há na política uma verdade própria a ser encontrada num contexto específico, dessa maneira as verdades religiosas ou filosóficas no âmbito político não encontram primazia inicialmente, ainda que seja fundamento constitutivo do indivíduo. Não se deve, portanto, deixar de lado a problemática da verdade no âmbito político mesmo que se compreenda que a verdade, quando abordada dessa perspectiva, distancia-se ou transmuta-se em sua essência.

Por fim, nessa estrutura deve-se considerar que o fato e a opinião não se combatem ou assumem papéis mesclados, antes se complementam, isto considerando seu pertencimento ao mesmo domínio. Dessa maneira, o fato, uma vez estabelecido enquanto tal, está para além do acordo, do consentimento ou da discussão. Desse modo, torna-se elemento distintivo da verdade factual ter como o seu contrário não a ilusão ou a opinião, mas sim a mentira. Com isso, Arendt inicia uma nova seara ao sugerir concepções da verdade em diferentes âmbitos.

2. Verdades

A partir dos escritos em *Verdade e Política* a autora propõe uma distinção entre a verdade de fato e a verdade da razão. Nesse sentido, observa-se que a verdade, no contexto moderno, não é dada sequer revelada pelo espírito

humano, outrossim produzida por esse mesmo. Tal constatação faz com que as verdades filosóficas, científicas e matemáticas fossem conduzidas ao gênero comum das verdades da razão. Por sua vez, as verdades de fato seriam aquelas confirmadas pelo rigor metodológico da História, ou seja, pelos fatos.

Nesses fatos e contextos históricos há um arcabouço para a análise das ações humanas, os quais vivendo e agindo em conjunto formam a textura do espaço público. Sendo assim, “a dominação, quando ataca a verdade racional, como que exorbita seu domínio, ao passo que combate em seu próprio terreno ao falsificar ou negar fatos mentirosamente” (Arendt, 2016, p. 168). Desse modo, ao versar sobre as verdades da razão (axiomas, descobertas, teorias...) têm maior probabilidade de serem reproduzidas que uma verdade de fato tem de ser apagada da história, uma vez que não há esforço racional que possa trazê-la de volta, ou seja, às verdades de fato sempre restarão a possibilidade da sua plena eliminação da história.

A opinião abarca, pois, a norma da política e não da verdade; desse modo é a opinião que está em embate. Compreende-se, dessa maneira, que nenhum indivíduo se perpetua em condição de poder senão houver aqueles que lhe apoiem. Exemplifica-se na *pólis* grega, em que:

o contrário da verdade era a mera opinião, equacionada com a ilusão; e foi esse degradamento da opinião o que conferiu ao conflito sua pungência política; pois é a opinião, e não a verdade, que pertence à classe dos pré-requisitos indispensáveis a todo poder. (Arendt, 2016, p. 170)

Nesse contexto, observa-se que a verdade de fato, apesar de caracterizada com maior fechamento à discussão que a tida verdade filosófica, encontra uma mudança de *práxis* com aquela sendo frequentemente confrontada com opiniões, não falseadas, em ambiente público. Logo se vislumbra um apagamento da verdade que retorna à caverna platônica, e assume um *status* de verossimilhança, isto é, indica para algo sendo similar a tal. No entanto, a verdade de fato possui uma outra roupagem envolvendo outras pessoas ao pressupor o testemunho e comprovação como vigor essencial. Tal verdade tem, portanto, a sua existência à medida que se fala sobre ela. Nota-se então que, embora estruturalmente diferentes, verdade de fato e opinião pertencem ao mesmo domínio, pois são políticas por natureza.

Nesse contexto pragmático, o caráter distintivo entre opinião e a verdade se torna evidente na oposição em seus modos de atestar a validade. Dessa maneira, a verdade ao não assumir o campo da persuasão entende-se como não alterável por público de quaisquer sejam sua numerosidade, isto pois sua natureza é coercitiva e não persuasiva. Disto, afirma Arendt:

Fatos informam opiniões, e as opiniões, inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade fatual. A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fatual seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados (Arendt, 2016, p. 174).

Abre-se margem, dessa forma, para uma consideração despótica e coercitiva da verdade. Ao se comparar com a recepção dos tirânicos se vê um ódio por semelhança, ou seja, a natureza coercitiva da verdade atinge suas pretensões tirânicas e não permitem a monopolização. Por sua vez, os governos do consentimento a abominam pelo simples fato de rejeitarem a coerção. Conclui-se, desse modo, que o pensamento político é aberto ao debate. Enquanto, a verdade, seja de qualquer ordem, condena o debate e as opiniões. Logo, a natureza de ambas conflita em sua essência. Pois, ao proscrever o debate, essência da vida política, a verdade coloca-se fora do campo político.

Ambos os conceitos, a saber da verdade factual ou racional, estão sujeitos a incongruências, no entanto, Arendt nota que o oposto da verdade factual não é o erro ou a ilusão, e sim, a falsidade deliberada, ou seja, a mentira. Dessa maneira, qualquer afirmação que deliberadamente altere a realidade dos fatos, abandona o campo reservado às verdades e adentra na esfera da ação. Nesse processo, invalida-se uma das legítimas finalidades da política, isto é, mudar a realidade dos cidadãos quando se estrutura um ambiente de mentira organizada, ou seja, adquire-se um contexto em que a comunidade adere ao mentir organizado, e assim, a verdade assume como princípio fundante das relações políticas.

Então no mundo contemporâneo, o velho antagonismo entre a verdade do filósofo e a opinião comum ou entre a verdade religiosa revelada e as opiniões mundanas cedeu lugar ao conflito entre a verdade factual e a política. A corrente época tolera a diversidade de opinião em matéria religiosa e filosófica, outrossim “a verdade factual, se porventura opõe-se ao lucro ou ao prazer de um determinado grupo, é acolhida hoje em dia com mais hostilidade do que nunca” (Arendt, 2016, p. 293). As verdades incômodas, conforme Arendt (1977, p. 243), ao poder até são toleradas nos países livres, porém encontram o preço de serem transformadas em opiniões, tal esvaimento no limiar entre a opinião e a verdade factual caracteriza-se como uma possível roupagem das formas mentirosas do discurso.

Tal contexto não deve assumir um caráter habitual, uma vez que aquele ao lado da verdade estaria sempre em desvantagem, já que viveria uma desleal competição com um outro que tem a liberdade total para transpor os fatos a bel prazer, posto que não tem compromisso com a verdade. A complexidade dessa problemática atinge índices alarmantes na contemporaneidade ao se manipular massas de fatos e opiniões, sendo assim uma atualização em relação a mentira tradicional, a qual implicava apenas particulares, dirigindo-se prioritariamente ao inimigo que pretendia enganar; os homens de estado ou diplomatas que se ocupavam da mentira conheciam e preservavam a verdade, sem se tornarem vítimas de suas próprias falsificações.

Assim, observa-se que ao contrastar a mentira como oposição à verdade factual se assume que tornar as opiniões uma dessas verdades se configura atentado às pautas que desqualificam a força política da verdade dos fatos. Nesse contexto, conclui-se que, assim como afirma Arendt, mesmo no âmbito da política, existe algo que não é uma questão de opinião nem de discussão. Esse

algo é a frágil verdade dos fatos (Pereira, 2017, p. 161). Contudo, se nota que a verdade dos fatos não é mais auto evidente que a opinião, isto permite realocar a relação da verdade factual e da opinião em uma horizontalidade. Exigindo, assim, que haja no contexto social uma voz que disponha de credibilidade, a qual ratifique a veracidade de tais fatos, ou os contrariem, e corrobore para que as fragilidades sejam suprimidas; nota-se ainda que tal ator precisa ser dotado de íntegros princípios e valores, a fim de que não se torne um tirano, conforme evidenciado anteriormente.

3. Hiperconectividade

O alcance das massas sociais na atualidade tem sido fonte de interesse pelas classes que desejam permanecer no poder, ou até mesmo de indivíduos que buscam por reconhecimento social. Desse modo, as ferramentas de comunicação digitais (*smartphones*, computadores, redes sociais, *sítios web*, *et cetera*) se tornam um campo abrangente para a disputa de narrativas, em que, especialmente, através da distorção dos fatos busca-se o convencimento do interlocutor que impactado, e ludibriado por essas opiniões entrajadas de fatos, terminam por se tornarem disseminadores dessas mentiras. Assim, nota-se que ao espalhar um contexto particular para indivíduos numerosos, ou seja, retirar os fatos, ainda que falseados, dum contexto comum entre os interlocutores permite que ocorram falhas cruciais na transmissão da mensagem.

Nesse sentido, a cibercultura é a nova maneira de se socializar o caráter cultural e as novas formações socioculturais dos indivíduos. O mundo cotidiano está, dessa maneira, dotado do ciberespaço, isto é, na virtualidade em que não há interação física os indivíduos podem expor seus pensamentos, opiniões e experiências com velocidade e interação simultânea a diferentes públicos, com contextos e culturas diferentes. Corroborar Lemos (2002, p. 84) com a evidência do abandono das mídias tradicionais, caracterizadas pelo modelo “um para todos”, em benefício do modelo “todos para todos” edificando, assim, um sistema de comunicação personalizado, bidirecional e em tempo real⁴.

Desse modo, o rastro oferecido pelos dispositivos eletrônicos na contemporaneidade inaugura uma perspectiva que aumenta exponencialmente as possibilidades de ruído nesse processo de transmissão e recepção. A presença, especialmente juvenil, nas redes sociais é marcada por tal fenômeno, ao passo que grupos diferentes criam sua própria metodologia comunicativa, e criam quase que seu próprio vocabulário impedindo, ou ludibriando, outros interlocutores que tenham acesso a este ciberespaço. Nesse contexto, ressalta-se que:

[...] a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema

4 Martins, 2004, p. 3.

tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (Oliván apud Castells, 1999. p. 414)

Compreende-se, nesse sentido, que Oliván, de acordo com a citação de Castells, postula a independência dos novos meios de comunicação em relação aos tradicionais. Tal avanço que se vive atualmente torna-se paradoxal ao possibilitar uma interação desprovida de contextos, fatos, ou duma voz que tenha credibilidade frente aos interlocutores. Nessa ótica, em uma tentativa de ultrapassar suas próprias capacidades de abstração e crítica, o indivíduo perfaz por emitir opiniões que pouco acrescentam, e até terminam por confundir ao se mesclar verdades de fato e verdades racionais. Assim, percebe-se que a efemeridade das informações dificulta a manutenção de um sentido de continuidade histórica, uma vez que o aprendiz da sociedade pós-moderna experimenta uma nova existência sem barreiras entre a virtualidade e a realidade física, cujos conceitos “online” e “offline” mesclam-se formando um hábitat híbrido conceitualizado como “onlife”⁵.

Assim, se observa que as narrativas virtuais nem sempre estão preocupadas em tornarem-se mediadoras em conflitos, antes esses indivíduos apenas desejam expor suas preocupações e opiniões das mais diversas naturezas enquanto passatempo. Nesse contexto, se agrega a compreensão de espaço público, desenvolvido por Hannah Arendt em *A Condição Humana*:

A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-se na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las. A estranheza de tal situação lembra a de uma sessão espírita na qual determinado número de pessoas, reunidas em torno de uma mesa, vissem subitamente, por algum truque mágico, desaparecer a mesa entre elas, de sorte que duas pessoas sentadas em frente uma da outra já não estariam separadas mas tampouco teriam qualquer relação tangível entre si. (Arendt, 2007, p. 62)

Tal espaço, portanto, se caracteriza pelo lugar de comunicação intersubjetiva, plural, democrática e isonômica entre todos, regendo-se pelas discussões comuns com assuntos de interesse mútuo. Desse modo, se emerge como fundamental uma liberdade e autonomia para que o sujeito possa se posicionar nesse espaço público, fundamentando sempre em interesses comuns, nunca expondo assuntos particulares, ou de ordem da necessidade, os quais encontram lugar na esfera privada, com a família e os amigos. Assim, ao se primar pelo espaço da aparência haverá uma valoração das capacidades criativas e relacionadas à execução, as quais podem remover o homem pós-moderno da solidão e do individualismo edificando, dessa maneira, uma sociedade que tenha espaço para o diálogo.

5 Conceito apresentado por Floridi (2019), recomenda-se sua leitura para aprofundamento na temática.

Considerações finais

A partir dessa perspectiva hermenêutica, considera-se que a liberdade pública e democrática são os fios condutores das relações públicas dos indivíduos. Embora a liberdade pública seja fundamental, conforme Arendt (1978, p. 195-217), isso não desconsidera o papel da liberdade privada como aquela que tange as necessidades pessoais, antes se está assumindo que tais necessidades não se confundem com a liberdade, a qual exige um espaço próprio. Por conseguinte, se compreende que a palavra e a ação são regidas nesse lugar e a *res pública* está integralmente caracterizada pela existência de ambos os conceitos.

Neste contexto, é importante ressaltar que, além da dimensão comunicativa, a palavra se torna uma métrica crucial; sua cassação, portanto, sinaliza um desvio para o autoritarismo. Logo, o homem que permanece a margem de exercer sua capacidade política, ou seja, escolhe não realizar a ação efetiva que tem capacidade na esfera pública, está abrindo portas para a dominação totalitária. Sobre esse processo de destruição da esfera pública aponta Arendt:

O homem isolado, que perdeu seu lugar no terreno político da ação, é também abandonado pelo mundo das coisas, quando já não é reconhecido como *homo faber*, mas tratado como *animal laborans*, cujo necessário “metabolismo com a natureza” não é do interesse de ninguém (2007, p. 347-348).

Com isso compreende-se que a perda de raízes e a fragmentação são resultados desse mundo em que o trabalho dita os valores basilares, removendo os demais espaços da vivência do homem, e especialmente esse lugar da vida política e social, isto é: a esfera pública. Desse modo, a esfera pública é aglutinada pelo trabalho de maneira que a política se deteriora frente a primazia da necessidade. Assim, o *homo faber* se vê degradado numa sociedade informatizada que busca a todo custo reduzi-los a mero coletivo manipulável a bel prazer daqueles que desejam se perpetuar na liderança das comunidades.

Além disso, ao refletir sobre a atualidade das contribuições de Arendt em *A Condição Humana*, e *The life of the Mind*, é possível vislumbrar um primado da liberdade que se alinha à possibilidade de uma cibercultura revitalizada. Consequentemente, será factível se encontrar uma convivência social livre de conflitos ao perpetuar relações dotadas da verdade, as quais, originárias do diálogo, podem superar as manipulações informacionais. Por fim, é fundamental que na cibercultura não haja vista apenas como espaço para a exposição de opiniões pessoais sem critério. Em vez disso, ela deve ser entendida como um ambiente que pode superar barreiras físicas, oferecendo esperança para a vida democrática em todas as suas instâncias e para todas as pessoas.

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de: Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

ARENDT, Hannah. *The life of the mind: Thinking, and willing*. San Diego: Harvest Book, [1978].

AGUIAR, Odilio Alves. *Filosofia, Política e Ética em Hannah Arendt*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FLORIDI, Luciano. Vi spiego l'era Onlife, dove reale e virtuale si (con)fondono. [Entrevista cedida a] Jaime D'Alessandro. *La Repubblica*, Milão, set. 2019. Disponível em: https://www.repubblica.it/dossier/tecnologia/onlife/2019/09/29/news/repubblica_onlife_luciano_floridi-237286128/. Acesso em: 19. out. 2024.

LAFER, Celso. Da dignidade da política: Hannah Arendt. *Discurso*, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 3, p. 185–198, 1972. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37741>. Acesso em: 20 out. 2024.

MARTINS, Adriane Figueirola. Os Processos Persuasivos da Política sob a Concepção da Cibercultura. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2004, Porto Alegre. *Anais eletrônicos*, Porto Alegre: Intercom, 2004. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/96764128046694030431750257169682845277.pdf>. Acesso em: 12 out. 2024.

PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. *O problema da Verdade na obra de Hannah Arendt*. Tese de Doutorado em Filosofia, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

Artigo submetido em: 02/09/2025. **Aprovado** em: 26/11/2025.

E-mail do Autor: dd363273@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9932-7623>